

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO COMUNITÁRIA

Profa. Dra. Thais Maria Sartori BURNIER*

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre a ação comunitária, em sua trilogia dimensional:

- A *dimensão filosófica*, que constitui um dos princípios norteadores da ação comunitária, e, para tal, fazemos uma breve incursão filosófica desde Platão e Aristóteles até o filósofo Yves Simon.
- A *dimensão da aprendizagem social* que considera a aprendizagem como um processo de vida e que a nossa vida se constitui em processo de aprendizagem. Considera que ela se constitui em uma resposta a uma situação encontrada e que implica em mudança de atitudes.

(*) Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas.

- A *dimensão da comunicação e da participação* como mecanismos para as tomadas de decisões em todos os processos de nossas vidas. *

Palavras-chave: comunidade, autoridade substitutiva, trabalho comunitário, aprendizagem social, comunicação e participação.

I. A DIMENSÃO FILOSÓFICA

ARISTÓTELES (III séc. A. C.) dizia ser o homem um animal político. Um dos aspectos mais profundos do 'ser humano' é o "estar com". Mas o "estar com" ou o 'ser com' admitem muitas graduações. Pode-se ir desde a simples tendência instintiva gregária, até às mais decantadas comunidades, onde imperam a verdade e o bem.

Lembremos da lição de Diotima, através de PLATÃO (IV séc. A.C.) no "O Banquete" ensinando-nos que o amor é filho de *Poros* e *Penia* – do recurso e da pobreza. E o que se diz da ação de um ser, diz-se dele mesmo. Encontramos pois conduzidos por PLATÃO, a dupla face da moeda humana: face do recurso, do expediente, da riqueza, e face da indigência, da pobreza. Ora, se nos lembrarmos da lição comum da sabedoria medieval, há no homem dois amores: o amor de *concupiscência* e o amor de *benevolência*. É fácil concluir que a face da *pobreza* do ser humano dá origem aos movimentos do apetite, do desejo, levando o amante a tomar para si o bem de que carece, sendo um amor reflexivo, eis que curva-se sobre si mesmo, de tal forma que o amado (em última instância) é o próprio amante. Já com relação à outra face do ser humano, ela sendo a *riqueza, o recurso, o expediente*, dela jorra a entrega, a oferta, o dom de si mesmo.

Esta pequena incursão à Grécia clássica e pela alta idade média, vai nos ajudar na exegese de outra distinção fundamental: O ser humano é, a um só tempo, parte de um todo e é um todo ele mesmo. Está subordinado à sociedade a que pertence e o bem comum deve ser servido por ele (eis a face de *indivíduo*): transcende a toda a sociedade

humana e deve ser por ela servido. É senhor e não subordinado, livre e não comandado por outro (eis a sua face de *pessoa*).

A vida em comunidade será buscada sob dois impulsos diversos: um que tem sua origem em nossas carências e limitações e que visa saná-las na sociedade com seus diferentes indivíduos (*penia*). O outro que tem origem em nossas riquezas, leva o ser humano a querer oferecer, oblationar (*poros*). Enquanto que um leva o ser humano a se apossar (*ter*), o outro, ao contrário o leva a *dar*, a ofertar. Esta é a dinâmica profunda e bi-vetorial da socialização.

O homem carrega em si seu maior problema: o HOMEM. Ele ainda está à procura de sua identidade e, nesta busca, ele se baseia em vários critérios para se explicar, se firmar e se salvar como ser humano. Procura em si mesmo a explicação de seu eu, diante dos desequilíbrios mentais, recalques, neuroses e psicoses que povoam nosso mundo.

“O eu tradicionalista e comunitário e a grande personalidade, pertencem a mundos desaparecidos. Na sociedade de massa, um novo *eu* aparece. Um *eu* indistingüível, um *eu* semelhante e igual a todos os outros. O tempo do herói acabou. A dupla tendência tecnicista e utilitária de um lado, perdulária e gratuita de outro, é a característica de nosso tempo e principalmente de seu futuro. Vivemos em uma tensão fundamental entre dois valores que não se anulam, mas ao contrário, se reforçam mutuamente. Daí um novo dinamismo”. (LEDRUT, 1968).

Estamos em um século, onde a busca da identidade pessoal, do auto domínio e auto controle recebeu uma atenção científica como objeto de pesquisa. A preocupação com o ego, o desejo de auto realização passou a constituir um dos maiores centros de interesse do homem moderno. Por outro lado, o esqüartejamento em que o homem se sente mergulhado é conseqüência da divisão dentro do ser humano. Ele se sente tremenda e radicalmente dividido em seu ser mais profundo e a nossa civilização acentua esta realidade.

O trabalho comunitário tem sido cada vez mais considerado como básico para o desenvolvimento de diversas propostas de ação

social em todos os níveis. Em muitas situações a problemática social é decorrente de comportamentos isolados e até desviados dos valores de desenvolvimento do ser humano e da sociedade. Aí então, a ação comunitária se apresenta como proposta de agentes externos cuja finalidade é a de levar o homem a considerar tais valores. O problema principal que se coloca é o de considerar ou não o homem como objeto ou como sujeito e o distanciamento dos interesses e preocupações dele quando é considerado como objeto.

A comunidade não é uma realidade autônoma, ela deve ser pensada a partir da própria sociedade na qual se situa. E a sociedade se apresenta de maneira diversificada em suas situações sociais com algumas características específicas. Sob este aspecto, torna-se mister considerar a realidade a partir da compreensão do horizonte social global, sem no entanto, deixar de levar em conta as particularidades próprias que atuam sobre essa realidade.

Deste ponto de vista, o processo curativo é dado, oferecido, com a preocupação da manutenção da ordem social, e a participação não aparece como fenômeno capaz de estimular o crescimento e desenvolvimento das pessoas. A solução vem de fora, dada, e não como direito, conquistada. Quando na verdade, a participação se constitui no próprio processo de afirmação do homem frente à sua realidade, no fato de poder pensar e agir sobre os desafios da natureza e desafios sociais, no seio dos quais ele se situa.

Este fato nos coloca frente a um processo dinâmico e contraditório. Se de um lado o ser humano é criador e criativo pela sua própria natureza, por outro lado, ele já nasce em um determinado contexto histórico, com seu conjunto de relações e instituições que o conduzem a tomar posições independentes de sua decisões, vestindo-lhe determinado sistema de pensar e agir. A participação é antes de tudo, uma questão social, na medida em que as contradições sociais desafiam o ser humano como criador e quando ele se torna consciente desta sua realidade e assume posturas desafiantes e de enfrentamento diante dela.

Defrontamo-nos então com dois grupos que se enfrentam: os privilegiados que criam mecanismos que permitem que seus interesses e desejos sejam efetuados e os grupos ditos não privilegiados que, a partir das contradições sociais se descobrem como explorados, reagindo como tal. Portanto, a participação pressupõe a criação de condições para que o homem possa enfrentar os desafios sociais. Ela é requisito de realização do homem enquanto tal, para que tal ocorra, tem-se que partir do pressuposto de que todos os homens devem estar em condições de viver e construir a sua história. Até os ditos alienados e incapazes constroem, a seu modo, a sua história.

Diz-nos YVES SIMON, em seu livro "Filosofia do Governo Democrático" (1951) que alguns não podem exercer por si mesmos a sua liberdade, como no caso, por exemplo das crianças, doentes mentais e dos criminosos condenados. Alguém deve decidir por eles. Esta é a função substitutiva da autoridade. Porém, certas condições são exigidas para sua plena justificação filosófica:

- Que o comandante dirija seu comandado, na direção do bem do comandado e não do dele;
- Pressupondo uma deficiência no comandado e, ao se atender a esta deficiência, é necessário que se desenvolva paralelamente uma ação pedagógica maturativa. Qualquer protelamento na extinção desta autoridade substitutiva, ou será um abuso do poder do comandante ou um retardo maturativo do comandado.
- No caso do exercício da autoridade substitutiva para com os doentes mentais, por exemplo, pode-se trabalhar com o que lhes resta de saudável, estimulando-os e engajando-os precocemente na participação ativa, através de trabalhos comuns, participando em grupos com o objetivo de aumentar cada vez mais o domínio de si mesmos.

Observação: Ressaltei a função substitutiva da autoridade, porque é ela a utilizada na prática da proposta comunitária, o que não

significa que toda autoridade deva ser efêmera, como a investida da função substitutiva. Ao contrário, as demais funções (essencial essencialíssima e perfectiva) requerem permanência da autoridade, embora com domínios perfeitamente delimitados, como nos ensinou YVES SIMON. Caso contrário, seria dar razão aos anarquistas na abolição radical e completa de toda autoridade.

II. A DIMENSÃO DA APRENDIZAGEM SOCIAL

Toda aprendizagem é um processo de vida e também a nossa vida se constitui em um processo de aprendizagem. Ela representa uma resposta a uma situação encontrada, resposta esta que implica em mudança de atitudes. As necessidades insatisfeitas levam o indivíduo a explorações internas de “ensaio e erro”, até que se encontre uma reação de comportamento adequada, acompanhada do sentimento de satisfação, pela superação da frustração.

ERICKERICKSON (1950), citado por BADARACCO (1990), coloca a maturação das crianças, a partir de uma série de crises que conduzem à desorganização do ego, e logo após, à sua reintegração em um nível superior como superação da situação de crise.

A pedagogia preconizada tanto por PIAGET (1969) como por FREINET (1948), apesar de por caminhos diferentes, orientam seus trabalhos pedagógicos, partindo da criação de “dificuldades” a serem superadas pelas crianças, estimulando-lhes a curiosidade, a perseverança e a conseqüente superação da dificuldade. Novas curiosidades espontaneamente surgirão e todo o processo se reinicia.

A distinção entre o ensino ou aquisição de conhecimentos e a aprendizagem social, parte do princípio de que a aquisição de conhecimentos se dá através de um processo de comunicação em *sentido único* e a aprendizagem social implica em uma experiência subjetiva envolvendo uma série de modificações da personalidade e comunicações *recíprocas*. (dialogal e transformadora).

O ensino/aquisição de conhecimentos implica muitas vezes em considerar o indivíduo como um receptor passivo de informação não interagindo com o 'instrutor', não realizando o objetivo de explorar novos parâmetros e possibilidades que levem o indivíduo a aprender algo de novo, por si mesmo. Já a *aprendizagem social* é uma experiência subjetiva que envolve algumas modificações da personalidade e comunicações recíprocas (idas e voltas).

Na proposta comunitária a 'aprendizagem social' é o marco inicial dela, implicando em constantes intercomunicações oriundas de alguma necessidade ou de tensão, o que leva a equipe como um todo, a ter uma postura aberta ante seus sentimentos, envolvendo processos de auto conhecimento e de aprendizagem. Sabe-se que a tensão que resulta das necessidades inatas ou de problemas não resolvidos é que constitui a força motora que leva o indivíduo a resolver a situação problema, quando então lhe sobrevém um sentimento de satisfação. Os educadores, como Piaget, Freinet, Vigotsky e outros, atentam para este fato. Neste sentido o processo de aprendizagem é descrito como sendo uma experiência em que a pessoa como que desaprende os antigos esquemas e aprende outros novos. Este processo de voltar a aprender, obedece os mesmos princípios que os processos mais sensíveis de reaprendizagem. Contém elementos cognitivos além dos da aprendizagem originada nas experiências que ocorrem efetivamente durante a interação comunitária.

Estes dois componentes se encontram complicadamente entrelaçados. Na literatura psicanalítica eles são descritos em termos indefinidos e vagos, como sendo "insight emocional". A palavra 'emocional' se refere às experiências interpessoais e a palavra 'insight' ao elemento cognitivo. A expressão não significa mais que o reconhecimento da presença de ambos os componentes.

Ao se introduzir o nível de sentimento na relação interpessoal, coloca-se um elemento crucial para a aprendizagem social. Nossa cultura não aprova com simpatia a expressão 'liberdade de sentimentos', por imposições sociais. Se se nega o direito à livre expressão dos

sentimentos, por imposições sociais, limita-se a oportunidade de se efetuar a aprendizagem social no que lhe é peculiar, pois ela fica assentada naquilo que “deveria ser” (pela sociedade) e não no que realmente é - expressão dos sentimentos...

Em resumo, pode-se dizer que o conceito de aprendizagem social implica em uma interação social desenvolvida em torno de alguma área problemática. Lidar com os problemas interpessoais implica em despertar sentimentos, mesmo que não sejam explicitados. Frequentemente as pessoas tendem a ocultar seus sentimentos, postura esta, incentivada por nossa cultura, como já foi dito. Criar um clima de grupo no qual as manifestações destes sentimentos latentes possam se manifestar, é uma das intenções da proposta comunitária, estimulando para tal, um clima de grupo, no qual é possível se estabelecer um sentimento de segurança, sem temor de críticas e represálias, tanto à nível da equipe técnica entre si, dela para com a população e dela entre si. Tudo isto implica em um processo de aprendizagem social. Assim, “o meio social dentro do qual se produz a aprendizagem social, é tão importante, quanto as técnicas que são requeridas para analisar as interações pessoais dentro do grupo, para colocar em descoberto os conteúdos latentes e para examinar as diversas soluções que possam aparecer à respeito dos problemas que surgem em um grupo determinado” (JONES, 1968).

MAXWELL JONES atenta para a abrangência do termo “aprendizagem social”, como referente a todo um conjunto de circunstâncias que implicam nas expressões “aprendizagem pelo viver” e “aprendizagem em situação de crise” - quando a mudança provoca uma crise acompanhada de ansiedade aguda. A “aprendizagem pelo viver” para Jones é quando o grau de ansiedade produzido pelas interações interpessoais é moderado, e se produz em torno dos problemas cotidianos, seja em grupos formais, informais ou na comunidade. Nas duas situações é usado o termo “confrontação” para transmitir “a conjunção de elementos que permitirá a interação social,

a expressão dos sentimentos e a aprendizagem social". (JONES, 1968).

A confrontação poderá criar uma situação de aprendizagem e resolver ou não uma situação de conflito. Tudo dependerá da capacidade de integração, das motivações do pessoal envolvido na situação conflituosa. Se o confronto ocorrer de maneira eficaz, poderá evitar a repetição do conflito sob circunstâncias semelhantes no futuro. A proposta comunitária cria por si só, um ambiente que provê a aquisição de experiência de seus participantes. O exercício da atividade comunitária vai sendo aprendido no cotidiano da experiência de cada um.

III. A DIMENSÃO DA COMUNICAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO

A comunicação entre as pessoas e grupos de uma comunidade é uma questão básica. Se de um lado, a proposta comunitária facilita e estimula a comunicação, por outro lado, tem-se que estabelecer prioridades a fim de manter os limites necessários ao bom relacionamento entre as pessoas, guardando o devido respeito para com o outro. Em reuniões de grupo, os assuntos que vêm à tona são considerados todos eles importantes, mesmo quando se trata de "conversações" sobre temas aparentemente sem importância. A tomada de decisões mediante o consenso nunca é uma tarefa fácil, havendo situações em que não se consegue este objetivo. YVES SIMON já afirmava em sua obra citada que, embora o consenso a propósito do fim possa ser obtido pela perfeição dos membros da comunidade, ao contrário, o consenso com relação aos meios, quando válidos é puramente casual. Como a unidade consensual imperativamente deve ser conseguida, segue-se que a autoridade será requerida para a obtenção segura do consenso indispensável. (quanto aos meios ordenados ao fim). Muitas vezes as decisões administrativas tendem a superpor-se ao objetivo requerido. A finalidade da proposta comunitária é de criar e prover uma política a mais democrática possível, para que

as decisões a serem tomadas sejam resultantes de opiniões de todos os setores da comunidade, envolvendo todos os elementos representativos dela. Esta postura não indica “democratismo”, liberdade sem limites... Toda sociedade necessita de limites e de saber que há sanções aplicadas a comportamentos inadequados, considerados anti-comunitários, ou anti-sociais. Por mais democrática e igualitária que seja a estrutura social de uma comunidade, não se deve deixar dúvidas que *regras existem*, como em toda e qualquer sociedade e que a responsabilidade última recai sobre a equipe dirigente. Liberdade sim, mas liberdade disciplinada e responsável. Igualdade sim, de possibilidades e direitos, mas respeitada as diferenças e valorizada as perfeições.

A participação, ao lado de toda a riqueza de contribuições positivas que pode realizar pelo trabalho de todos, requer por outro lado e ao contrário, que se ponham limites a esta participação, quando as questões em pauta se mostram complexas e técnicas. Eis um exemplo a mais da autoridade que deve persistir ao lado daquela outra que deve se extinguir..

Uma comunidade capacitada a desenvolver um sistema de comunicação, de idas e vindas, objetivando o diálogo e a aprendizagem pela experiência, a tomar decisões provindas de todos os níveis da população, já se encontra em condições de manter uma estrutura social que envolva virtualmente cada um e a todos, em algum papel ativo, criando o que se chama de “cultura comunitária”.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES (séc.IV AC.) – **Política**, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1983, 281 págs.

BADARACCO. J.E.G.(1990) – **Comunidade Terapêutica Psicanalítica de Estrutura Multifamiliar** – São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994, 288ps.

BUBBER, M. (tradução Prof. Newton A. Von Zuben)–S. Paulo, Cortez e Moraes Ltda.1977, 170ps.

- FREINET, C. - **Pour l'école du peuple**. Paris, Maspero, 1969. 182ps
- JONES, M. (1968/1970) - **Mas allá de la Comunidad Teraputica**, Buenos Aires, Genitor, 1975, 175 pags.
- LEDRUT, R. - **Sociologie Urbaine**, Paris, Universitaires de France, 1968
- PLATÃO (300 A.C.) - *Ouvres Complètes*, tomo I – **O Banquete**, Paris, Gallimard., 1950, págs 57-75
- PIAGET, J. - **Psychology et Pedagogie**. Paris, Demoël, 1969. 264ps.
- SIMON, Y.R. (1951) - **Filosofia do Governo Democrático**, Rio de Janeiro, Agir, 1955, 289págs.

